



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 30 DE JUNHO DE 2006 E 30 DE JUNHO DE 2005, ELABORADAS OU REEXPRESSAS DE ACORDO COM AS IFRS**

**GALP ENERGIA, SGPS, S.A.**

**GALP ENERGIA S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2006	2005
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Rédito das vendas	4	6.041.722	4.942.407
Rédito dos serviços prestados	4	88.659	73.443
Outros rendimentos operacionais	4	24.766	28.839
<b>Total de rendimentos operacionais:</b>		<b><u>6.155.147</u></b>	<b><u>5.044.689</u></b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Inventários consumidos e vendidos	5	5.112.133	4.006.447
Materiais e serviços consumidos	5	255.687	247.319
Gastos com o pessoal	5	140.590	124.544
Gastos com amortizações e depreciações	5	125.324	131.614
Provisões e imparidade de contas a receber	5	14.616	498
Outros gastos operacionais	5	23.444	22.808
<b>Total de gastos operacionais:</b>		<b><u>5.671.794</u></b>	<b><u>4.533.230</u></b>
<b>Resultados operacionais:</b>		<b><u>483.353</u></b>	<b><u>511.459</u></b>
Rendimentos financeiros	7	6.931	5.606
Gastos financeiros	7	(31.605)	(33.325)
Ganhos (perdas) cambiais		4.231	(23.425)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	8	19.459	77.827
Rendimentos de instrumentos financeiros	21	(4.819)	(7.873)
Outros ganhos e perdas		(521)	(706)
<b>Resultado antes de impostos:</b>		<b><u>477.029</u></b>	<b><u>529.563</u></b>
Imposto sobre o rendimento		(121.242)	(112.598)
<b>Resultado antes de interesses minoritários:</b>		<b><u>355.787</u></b>	<b><u>416.965</u></b>
Resultado afecto aos interesses minoritários		(2.031)	(2.433)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>353.756</u></b>	<b><u>414.532</u></b>
<b>Resultado por acção (valor em Euros)</b>	9	<b><u>0,43</u></b>	<b><u>0,50</u></b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

**GALP ENERGIA S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS**

**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

<b>ACTIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	10	2.526.176	2.554.772
Goodwill		20.526	20.480
Outros activos fixos intangíveis	10	378.751	367.294
Participações financeiras em associadas		89.564	84.545
Participações financeiras em participadas		63.973	63.608
Outras contas a receber	12	87.937	96.248
Activos por impostos diferidos		161.803	158.924
Outros investimentos financeiros		3.115	338
<b>Total de activos não correntes:</b>		<b><u>3.331.845</u></b>	<b><u>3.346.209</u></b>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	14	1.276.589	1.199.357
Clientes	13	952.502	898.363
Outras contas a receber	12	404.786	322.517
Outros investimentos financeiros	15	26.151	10.191
Imposto corrente sobre o rendimento a receber		157	-
Caixa e seus equivalentes	16	275.596	157.635
<b>Total do activos correntes:</b>		<b><u>2.935.781</u></b>	<b><u>2.588.063</u></b>
<b>Total do activo:</b>		<b><u>6.267.626</u></b>	<b><u>5.934.272</u></b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	17	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(8.032)	(1.879)
Outras reservas		107.024	84.926
Reservas de cobertura		(248)	(2.905)
Resultados acumulados		1.125.470	669.150
Resultado liquido do período		353.756	700.657
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas:</b>		<b><u>2.489.227</u></b>	<b><u>2.361.206</u></b>
Interesses minoritários		25.437	24.645
<b>Total do capital próprio:</b>		<b><u>2.514.664</u></b>	<b><u>2.385.851</u></b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	18	733.655	781.996
Empréstimos obrigacionistas	18	259.880	309.760
Outras contas a pagar	19	95.088	96.443
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios		223.536	214.232
Passivos por impostos diferidos		161.046	132.275
Outros instrumentos financeiros	21	1.522	5.458
Provisões	20	75.312	72.711
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b><u>1.550.039</u></b>	<b><u>1.612.875</u></b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	18	216.864	257.390
Empréstimos obrigacionistas	18	49.880	-
Fornecedores		708.032	706.376
Outras contas a pagar	19	1.115.881	916.382
Outros instrumentos financeiros	21	20.330	1.864
Imposto corrente sobre rendimento a pagar		91.936	53.534
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b><u>2.202.923</u></b>	<b><u>1.935.546</u></b>
<b>Total do passivo:</b>		<b><u>3.752.962</u></b>	<b><u>3.548.421</u></b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b><u>6.267.626</u></b>	<b><u>5.934.272</u></b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2006.

GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A. e SUBSIDIÁRIAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2006	2005
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		6.404.461	5.871.332
Pagamentos a fornecedores		(4.534.587)	(4.251.585)
Pagamentos ao pessoal		(102.922)	(95.530)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.238.505)	(1.172.893)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>528.447</b>	<b>351.324</b>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(55.986)	(48.041)
Contribuições para o fundo de pensões		-	-
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(5.992)	(6.547)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(4.896)	(4.784)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(81.494)	(74.481)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>(148.368)</b>	<b>(133.853)</b>
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>380.079</b>	<b>217.471</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8	35	80.391
Imobilizações corpóreas		7.531	3.196
Imobilizações incorpóreas		134	-
Subsídios de investimento	11	5.930	57.529
Juros e proveitos similares		9.192	8.671
Dividendos		15.141	6.364
Empréstimos concedidos		2.215	7.575
		<b>40.178</b>	<b>163.726</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(897)	(524)
Imobilizações corpóreas		(118.946)	(125.608)
Imobilizações incorpóreas		(19.593)	(18.668)
Empréstimos concedidos		(3.111)	(4.210)
		<b>(142.547)</b>	<b>(149.010)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(102.369)</b>	<b>14.716</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		155.110	134.769
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		350	263
Juros e proveitos similares		707	751
Letras descontadas		3.045	17.863
		<b>159.212</b>	<b>153.646</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(298.758)	(206.376)
Juros de empréstimos obtidos		(23.300)	(22.619)
Juros e custos similares		(9.401)	(12.786)
Dividendos/distribuição de resultados		(2.075)	(213.928)
Reembolso de letras descontadas		(5.328)	(16.768)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(61)	(67)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(5.132)	(4.566)
		<b>(344.055)</b>	<b>(477.110)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(184.843)</b>	<b>(323.464)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		92.867	(91.277)
Efeito das diferenças de câmbio		(3.651)	4.515
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	93.634	68.798
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	182.850	(17.964)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A. e SUBSIDIÁRIAS

**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005**  
(Montantes expressos em milhares de Euros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de acções	Reservas de conversão	Outras reservas	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Sub-Total	Interesses minoritários	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2004</b>		829.251	82.006	(5.063)	68.273	(3.736)	397.897	453.438	1.822.066	24.082	<b>1.846.148</b>
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	16.653	-	436.785	(453.438)	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	(165.850)	-	(165.850)	-	(165.850)
Outros aumentos / diminuições reservas de cobertura		-	-	-	-	(1.823)	-	-	(1.823)	-	(1.823)
Outras variações		-	-	-	-	-	49	-	49	-	49
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros		-	-	-	-	307	-	-	307	-	307
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	1.082	-	-	-	-	1.082	-	1.082
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		-	-	4.438	-	-	-	-	4.438	-	4.438
Variações de interesses minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.765)	(2.765)
<b>Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio</b>		-	-	5.520	16.653	(1.516)	270.984	(453.438)	(161.797)	(2.765)	(164.562)
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-	-	-	-	-	414.532	414.532	2.433	416.965
<b>Saldo em 30 de Junho de 2005</b>		829.251	82.006	457	84.926	(5.252)	668.881	414.532	2.074.801	23.750	2.098.551
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>		829.251	82.006	(1.879)	84.926	(2.905)	669.150	700.657	2.361.206	24.645	<b>2.385.851</b>
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	22.098	-	678.559	(700.657)	-	-	-
Distribuição de Dividendos	17 e 20	-	-	-	-	-	(222.239)	-	(222.239)	-	(222.239)
Outros aumentos / diminuições reservas de cobertura		-	-	-	-	3.459	-	-	3.459	-	3.459
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos		-	-	-	-	(802)	-	-	(802)	-	(802)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(2.999)	-	-	-	-	(2.999)	-	(2.999)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		-	-	(3.154)	-	-	-	-	(3.154)	-	(3.154)
Variações de interesses minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.239)	(1.239)
<b>Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio</b>		-	-	(6.153)	22.098	2.657	456.320	(700.657)	(225.735)	(1.239)	(226.974)
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e Interesses minoritários		-	-	-	-	-	-	353.756	353.756	2.031	355.787
<b>Saldo em 30 de Junho de 2006</b>		829.251	82.006	(8.032)	107.024	(248)	1.125.470	353.756	2.489.227	25.437	2.514.664

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

## **GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**

### **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006**

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

#### **1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei n.º 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP–Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás–Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

Os negócios do Grupo consistem essencialmente na operação do sector da refinação em Portugal, na distribuição de produtos derivados do petróleo e no transporte, distribuição e comercialização de Gás natural.

#### **2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS**

As Demonstrações Financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o custo histórico ou custo considerado (“deemed cost”) de acordo com a IFRS n.º1, excepto para os instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados após 1 e Janeiro de 2005.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Para esclarecimentos adicionais sobre as políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2005 e o respectivo anexo.

#### **3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

A única alteração às empresas incluídas na consolidação face a 31 de Dezembro de 2005, consistiu na aquisição pelo Grupo de mais 0,433% do capital da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., pelo montante de mEuros 90 resultando um “Goodwill” de mEuros 47, passando assim o Grupo a deter 59,475% do capital daquela empresa.

#### 4. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos rendimentos operacionais do grupo durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005:

<u>RUBRICAS</u>	<u>Junho 2006</u>	<u>Junho 2005</u>
Rédito das vendas:		
de mercadorias	2.055.614	1.923.713
de produtos	3.986.108	3.018.694
	<u>6.041.722</u>	<u>4.942.407</u>
 Rédito da prestação de serviços	 <u>88.659</u>	 <u>73.443</u>
 Outros rendimentos operacionais:		
Proveitos suplementares	5.793	9.047
Ganhos em Imobilizações	3.652	681
Subsídios à exploração	2.833	36
Outros	12.488	19.075
	<u>24.766</u>	<u>28.839</u>
	<u>6.155.147</u>	<u>5.044.689</u>

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

#### 5. GASTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

<b>RUBRICAS</b>	<b>Junho 2006</b>	<b>Junho 2005</b>
<b>Inventários consumidos e vendidos:</b>		
Mercadorias	1.083.286	1.062.593
Matérias primas e subsidiárias	2.885.737	1.803.556
Imposto sobre petróleo	1.160.026	1.152.063
Variação da produção	(23.353)	(6.513)
Reduções de Inventários	6.437	(5.252)
	<b>5.112.133</b>	<b>4.006.447</b>
<b>Materiais e serviços consumidos:</b>		
Transporte de mercadorias	36.666	37.642
Rendas e alugueres	30.888	23.614
Conservação e reparação	25.406	25.462
Seguros	22.174	12.467
Armazenagem e enchimento	15.892	15.807
Publicidade	15.775	14.391
Serviços informáticos	11.955	11.887
Outros serviços especializados	11.660	10.696
Electricidade, água e comunicações	10.074	9.869
Subcontratos	5.365	6.788
Utilização de terminais e oleodutos	5.138	4.359
Outros gastos	64.694	74.337
	<b>255.687</b>	<b>247.319</b>
<b>Gastos com o pessoal:</b>		
Remunerações órgãos sociais	2.609	2.185
Remunerações do pessoal	94.031	80.027
Encargos sociais	18.875	17.640
Benefícios de reforma - pensões e seguros	19.646	20.531
Outros seguros	3.732	3.359
Outros gastos	1.697	802
	<b>140.590</b>	<b>124.544</b>
<b>Gastos com amortizações e depreciações:</b>		
Amortizações de activos fixos tangíveis	111.594	118.462
Amortizações de activos fixos intangíveis	13.730	13.152
	<b>125.324</b>	<b>131.614</b>
<b>Provisões e imparidade de contas a receber</b>		
Provisões	5.801	(4.693)
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 12)	9.509	5.191
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(694)	-
	<b>14.616</b>	<b>498</b>
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>23.444</b>	<b>22.808</b>
	<b>5.671.794</b>	<b>4.533.230</b>

## 6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

### Segmentos de negócio

Por questões estratégicas, o grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Aproveitamento e Transporte de Gás Natural;
- Distribuição de Gás Natural;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos
- Exploração e Produção
- Outros

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou as empresas holding Galp Energia, S.G.P.S., S.A., e GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e empresas com actividades distintas nomeadamente a Drifital - Plásticos de Portugal, S.A., a Tagus Re, S.A., a Galp Energia, S.A. (anteriormente denominada Galp Serviços, S.A. e a Porten, Portugal Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Junho de 2006 e 2005 relativamente ao resultado das operações e a 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 relativamente à informação financeira relativa ao balanço:

	Aproveitamento e Transporte de Gás Natural		Distribuição de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Margem Bruta</b>	130.835	116.807	74.090	74.829	772.165	779.559	27.671	30.250	4.947	5.206	54.654	40.883	(46.114)	(38.131)	1.018.248	1.009.403
Vendas e Prestações Serv	587.942	437.773	135.850	119.420	5.441.379	4.500.138	22.324	30.702	14.873	13.077	54.960	41.394	(126.947)	(126.654)	6.130.381	5.015.850
Inter-segmentais	79.383	56.501	-	3	1.883	3.663	-	30.645	-	-	45.681	35.842	(126.947)	(126.654)	-	-
Externas	508.559	381.272	135.850	119.417	5.439.496	4.496.475	22.324	57	14.873	13.077	9.279	5.552	-	-	6.130.381	5.015.850
CMVMC	(457.107)	(320.966)	(61.760)	(44.591)	(4.669.214)	(3.720.579)	5.347	(452)	(9.926)	(7.871)	(306)	(511)	80.833	88.523	(5.112.133)	(4.006.447)
Inter-segmentais	-	-	(59.426)	(41.932)	(11.489)	(38.728)	-	-	(9.918)	(7.863)	-	-	80.833	88.523	-	-
Externas	(457.107)	(320.966)	(2.334)	(2.659)	(4.657.725)	(3.681.851)	5.347	(452)	(8)	(8)	(306)	(511)	-	-	(5.112.133)	(4.006.447)
<b>Receitas</b>	1.004	1.850	3.844	2.743	20.415	32.103	458	-	451	238	5.093	5.617	(6.499)	(13.712)	24.766	28.839
Inter-segmentais	125	924	649	1.380	1.601	8.408	-	-	28	38	4.096	2.962	(6.499)	(13.712)	-	-
Externas	879	926	3.195	1.363	18.814	23.695	458	-	423	200	997	2.655	-	-	24.766	28.839
<b>Custos Variáveis</b>	-	-	(6.445)	(7.836)	(156.977)	(147.759)	-	-	-	-	(128)	-	1.247	-	(162.303)	(155.595)
Inter-segmentais	-	-	(1.247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247	-	-	-
Externas	-	-	(5.198)	(7.836)	(156.977)	(147.759)	-	-	-	-	(128)	-	-	-	(162.303)	(155.595)
<b>Custos Fixos</b>	(20.792)	(16.563)	(25.229)	(20.616)	(190.858)	(184.303)	(11.954)	(9.578)	(2.780)	(1.976)	(57.171)	(57.883)	51.366	51.842	(257.418)	(239.077)
Despesas de Funcionamento	(14.585)	(10.638)	(12.713)	(11.069)	(87.553)	(81.150)	(10.410)	(8.963)	(2.090)	(1.734)	(39.798)	(50.736)	50.321	49.758	(116.828)	(114.532)
Inter-segmentais	(1.794)	(3.211)	(2.459)	(4.189)	(35.558)	(31.064)	(1.310)	(486)	(759)	(302)	(8.441)	(10.506)	50.321	49.758	-	-
Externas	(12.791)	(7.427)	(10.254)	(6.880)	(51.995)	(50.086)	(9.100)	(8.477)	(1.331)	(1.432)	(31.357)	(40.230)	-	-	(116.828)	(114.532)
Encargos c/ Pessoal	(6.207)	(5.925)	(12.516)	(9.547)	(103.305)	(103.153)	(1.544)	(615)	(690)	(242)	(17.373)	(7.147)	1.045	2.085	(140.590)	(124.544)
<b>EBITDA</b>	111.047	102.094	46.260	49.120	444.745	479.600	16.175	20.672	2.618	3.468	2.448	(11.383)	-	-	623.293	643.571
<b>Gastos não Desembolsáveis</b>	(17.219)	(15.534)	(13.383)	(10.451)	(94.849)	(93.601)	(12.651)	(10.286)	(1.452)	(1.477)	(384)	(760)	(2)	(3)	(139.940)	(132.112)
Amortizações	(16.689)	(15.145)	(12.167)	(10.451)	(86.342)	(93.839)	(8.280)	(9.951)	(1.452)	(1.450)	(392)	(775)	(2)	(3)	(125.324)	(131.614)
Ajustamentos e Provisões (liq.)	(530)	(389)	(1.216)	-	(8.507)	238	(4.371)	(335)	-	(27)	8	15	-	-	(14.616)	(498)
<b>Resultados Semeritais</b>	93.828	86.560	32.877	38.669	349.896	385.999	3.524	10.386	1.166	1.991	2.064	(12.143)	(2)	(3)	483.353	511.459
<b>Resultados Operacionais</b>	93.828	86.560	32.877	38.669	349.896	385.999	3.524	10.386	1.166	1.991	2.064	(12.143)	(2)	(3)	483.353	511.459
Resultados Financeiros	9.933	8.277	(7.474)	34.530	(11.671)	(26.892)	740	1.644	(398)	(271)	2.545	812	1	4	(6.324)	18.104
<b>Resultados antes impostos e interesses minoritários</b>	103.761	94.837	25.403	73.199	338.225	359.107	4.264	12.030	768	1.720	4.609	(11.331)	(1)	1	477.029	529.563
Imposto sobre o Rendimento	(25.555)	(21.968)	(6.835)	(10.123)	(87.639)	(91.177)	(363)	(280)	(133)	(324)	(917)	11.273	-	1	(121.242)	(112.598)
Interesses Minoritários	(907)	(890)	(1.399)	(1.587)	682	517	-	6	(407)	(467)	-	(10)	-	(2)	(2.031)	(2.433)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	77.499	71.979	17.169	61.489	251.268	268.447	3.901	11.756	228	929	3.692	(68)	(1)	-	353.756	414.532

Em 30 de Junho 2006 e 31 de Dezembro 2005

	Aproveitamento e Transporte de Gás Natural		Distribuição de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>																
<b>Activos do Segmento (1)</b>																
Activo Corrente	457.148	350.567	72.139	72.994	2.613.035	2.266.992	63.857	25.024	13.083	11.458	702.717	258.927	(986.198)	-397.899	2.935.781	2.588.063
Activo fixo (2)	807.618	805.993	625.409	615.479	1.136.385	1.246.908	331.557	247.480	23.395	24.430	5.646	2.256	(4.557)	0	2.925.453	2.942.546
Investimento Financeiro (3)	71.622	68.849	7.017	5.666	74.603	73.584	2	1.383	-	0	293	122.769	-	-124.098	153.337	148.153
Outro Activo não Corrente	61.103	64.096	26.729	23.504	141.692	158.636	389	258	13.090	13.057	157.267	14.928	(147.415)	-18.968	252.855	255.510
<b>Activos Totais Consolidados</b>	<b>1.397.491</b>	<b>1.289.505</b>	<b>731.294</b>	<b>717.543</b>	<b>3.965.715</b>	<b>3.746.120</b>	<b>395.805</b>	<b>274.145</b>	<b>49.568</b>	<b>48.945</b>	<b>865.923</b>	<b>398.880</b>	<b>(1.138.733)</b>	<b>(540.965)</b>	<b>6.267.626</b>	<b>5.934.272</b>
<b>Passivos do segmento</b>																
Passivo Corrente	335.258	192.408	175.935	183.925	1.816.257	1.668.873	77.140	27.490	6.496	7.208	731.583	245.750	(939.746)	-390.108	2.202.923	1.935.546
Provisões	9.375	9.181	10.743	11.515	42.613	48.842	9.648	0	685	955	2.247	29.995	1	-27.777	75.312	72.711
Outro Passivo não Corrente	570.570	595.390	345.153	343.072	620.250	616.786	26.676	5.638	39.850	39.164	70.716	63.194	(198.488)	-123.080	1.474.727	1.540.164
<b>Passivos Totais Consolidados</b>	<b>915.203</b>	<b>796.979</b>	<b>531.831</b>	<b>538.512</b>	<b>2.479.120</b>	<b>2.334.501</b>	<b>113.464</b>	<b>33.128</b>	<b>47.031</b>	<b>47.337</b>	<b>804.546</b>	<b>338.939</b>	<b>(1.138.733)</b>	<b>(540.965)</b>	<b>3.757.967</b>	<b>3.548.421</b>

(1) Quanto líquida.

(2) Em Instituições Corporativas e Incorporadas.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

## 7. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e gastos financeiros para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 é como segue:

	<u>Junho 2006</u>	<u>Junho 2005</u>
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros de depósitos bancários	4.257	2.523
Outros proveitos financeiros	1.441	1.799
Juros obtidos relativos a empresas relacionadas	1.233	1.284
	<u>6.931</u>	<u>5.606</u>
<u>Gastos financeiros</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(19.695)	(21.009)
Juros capitalizados	-	73
Securitização	(3.659)	(3.107)
Outros custos financeiros	(8.081)	(9.204)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(170)	(78)
	<u>(31.605)</u>	<u>(33.325)</u>

## 8. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

A variação ocorrida nesta rubrica diz essencialmente respeito à mais-valia obtida pela alienação da participação financeira referente a 46,63% do capital da Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. no semestre findo em 30 de Junho de 2005, no montante de 54.525 mEuros. O montante de 79.068 mEuros, do total de 86.400 mEuros, correspondente ao valor de alienação desta participaç foi registado na demonstração dos fluxos de caixa consolidado do semestre findo em 30 de Junho de 2005 na rubrica de actividades de investimento - recebimentos de investimentos financeiros.

## 9. RESULTADOS POR ACÇÃO

Foi aprovado em Assembleia Geral, de 31 de Maio de 2006, a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da Empresa, de Euros 5 para Euros 1, mediante a substituição de cada uma das actuais acções por cinco novas acções, mantendo-se inalterado o valor do capital social da sociedade (Nota 17).

Consequentemente, o resultado por acção em 30 de Junho de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	<u>JUNHO 2006</u>	<u>JUNHO 2005 a)</u>	<u>JUNHO 2005</u>
<u>Resultados</u>			
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	353.756	414.532	414.532
<u>Número de acções</u>			
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 17)	829.250.635	829.250.635	165.850.127
<u>Resultado por acção básico (valores em Euros):</u>	<u>0,43</u>	<u>0,50</u>	<u>2,50</u>

a) Resultado por acção reexpresso para o novo número de acções a Junho de 2006.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

## 10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Activos tangíveis:	Junho 2006			Dezembro 2005		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Terrenos e recursos naturais	244.013	(13.118)	230.895	240.149	(7.190)	232.959
Edifícios e outras construções	723.516	(407.704)	315.812	716.577	(390.972)	325.605
Equipamento básico	4.444.795	(2.796.604)	1.648.191	4.272.805	(2.699.229)	1.573.575
Equipamento de transporte	25.258	(23.063)	2.195	27.691	(25.077)	2.613
Ferramentas e utensílios	5.491	(4.811)	680	5.417	(4.726)	690
Equipamento administrativo	126.931	(110.857)	16.074	126.520	(107.922)	18.598
Taras e vasilhame	145.471	(128.130)	17.341	145.200	(126.616)	18.584
Outras imobilizações corpóreas	101.899	(57.179)	44.720	99.003	(54.574)	44.429
Activos tangíveis em curso	248.415	-	248.415	335.409	-	335.409
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	1.855	-	1.855	2.310	-	2.310
	<b>6.067.642</b>	<b>(3.541.466)</b>	<b>2.526.176</b>	<b>5.971.081</b>	<b>(3.416.306)</b>	<b>2.554.772</b>

  

Activos intangíveis:	Junho 2006			Dezembro 2005		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.929	(1.365)	1.564	2.964	(1.093)	1.871
Propriedade industrial e outros direitos	252.483	(118.333)	134.150	245.501	(111.361)	134.140
Reconversão de consumos para gás natural	243.320	(61.252)	182.068	222.918	(49.502)	173.416
Trespases	26.284	(10.926)	15.358	26.312	(10.974)	15.338
Activos intangíveis em curso	45.611	-	45.611	42.428	-	42.428
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	-	-	-	101	-	101
	<b>570.627</b>	<b>(191.876)</b>	<b>378.751</b>	<b>540.224</b>	<b>(172.930)</b>	<b>367.294</b>

Os activos fixos tangíveis e intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis (essencialmente reconversões para gás natural) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

### Principais incidências durante o primeiro semestre de 2006:

Relativamente ao sub-grupo GDP (aprovisionamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural) as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de mEuros 11.806, na empresa Lisboa GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., sendo que mEuros 8.816 são referentes a redes, ramais e contadores e os restantes mEuros 2.990 a infra-estruturas da rede de gás.
- Aumento no valor de mEuros 7.295, relativo à construção das cavernas TGC – 1S, TGC – 4 e TGC – 2 localizadas em Carriço destinadas á armazenagem de gás natural;
- Transferência da rubrica de Inventários para activo fixo tangível do montante de mEuros 15.408, referente a “Cushion Gas” necessário para manter a pressão das cavernas subterrâneas localizadas em Carriço, destinadas a armazenagem estratégica de gás natural.

Relativamente ao sub-grupo Petrogal (exploração, produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos) as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumentos no valor de mEuros 5.059, na Galp Energia Espanha respeitantes, na sua maioria, à compra de garrafas de gás no montante de mEuros 1.223 e a instalações de gás propano em clientes e a investimentos feitos na rede de postos de abastecimento nos montantes de mEuros 1.000 e mEuros 1.442 respectivamente;
- Custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32 e Bloco 14-A-MI Congo no montante de mEuros 2.586 e mEuros 22.030, respectivamente;

- mEuros 5.119 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- mEuros 4.064 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto;
- mEuros 5.366 relativos à modernização da linha de enchimento de garrafas de gás, nomeadamente para adaptação de redes e aquisição de novas garrafas.

No decurso do primeiro semestre de 2006 foram abatidos bens de natureza tangível e intangível nos montantes liquidados de mEuros 383 e mEuros 7 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso, em 30 de Junho de 2006, é composta como segue:

	Activo	Subsidios	Activo deduzido de subsidios
Pesquisa de petróleo no Bloco A-IMI & Bloco 14 - Congo e Angola	106.598	-	106.598
Pesquisa de petróleo nos blocos 32 e 33 em Angola (inclui bónus de assinatura)	36.917	-	36.917
Renovação e expansão da rede de postos de abastecimento	32.654	-	32.654
Pesquisa e exploração de petróleo e Gás natural no Brasil	25.461	-	25.461
Armazenagem subterrânea de gás natural	20.757	8.695	12.062
Investimentos industriais afectos às refinarias	10.750	-	10.750
Construção de infra-estruturas de redes e reconversões de gás natural	6.584	41	6.543
Leixões - Tubagens na Refinaria do Porto	5.224	-	5.224
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Lisboa	3.924	-	3.924
Monobóia- Instalação e peças de Reserva	3.889	-	3.889
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto e Sines	2.973	-	2.973
Construção de infra-estruturas para Armazenagem estratégica	2.781	-	2.781
Instalações de Gás Propano	2.182	-	2.182
Central Cogeração na Refinaria de Sines	1.614	-	1.614
Terminal Funcional para a E.M.	1.481	185	1.296
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Oeiras	1.436	-	1.436
Outros projectos	37.769	47	37.722
	<u>302.994</u>	<u>8.968</u>	<u>294.026</u>

O montante de mEuros 36.917 relativo a pesquisa de petróleo nos blocos 32 e 33 em Angola, encontra-se deduzido do montante de mEuros 31.702 relativo à imparidade estimada para o bloco 33 por este não apresentar viabilidade económica.

## 11. SUBSÍDIOS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

Programa	GDP	PETROGAL	OUTROS	JUNHO 2006	DEZEMBRO 2005
<b>Regen</b>					
Valor recebido	79.361	-	-	79.361	79.361
Por receber	-	-	-	-	-
	<u>79.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.361</u>	<u>79.361</u>
<b>Programa Energia</b>					
Valor recebido	163.530	-	-	163.530	163.530
Por receber	-	-	-	-	-
	<u>163.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163.530</u>	<u>163.530</u>
<b>Interreg II</b>					
Valor recebido	143.068	-	-	143.068	143.068
Por receber	-	-	-	-	-
	<u>143.068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143.068</u>	<u>143.068</u>
<b>Trans-Energy</b>					
Valor recebido	90.491	-	-	90.491	90.491
Por receber	2.062	-	-	2.062	1.128
	<u>92.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.553</u>	<u>91.619</u>
<b>Protede</b>					
Valor recebido	19.708	-	-	19.708	19.708
	<u>19.708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.708</u>	<u>19.708</u>
<b>Programa Operacional Economia</b>					
Valor recebido	235.520	-	300	235.820	232.189
Por receber	4.266	-	-	4.266	2.865
	<u>239.786</u>	<u>-</u>	<u>300</u>	<u>240.086</u>	<u>235.054</u>
<b>Dessulfuração de Sines</b>					
Valor recebido	-	13.203	-	13.203	13.203
Por receber	-	26.310	-	26.310	26.310
	<u>-</u>	<u>39.513</u>	<u>-</u>	<u>39.513</u>	<u>39.513</u>
<b>Dessulfuração do Porto</b>					
Valor recebido	-	11.797	-	11.797	11.797
Por receber	-	23.510	-	23.510	23.510
	<u>-</u>	<u>35.307</u>	<u>-</u>	<u>35.307</u>	<u>35.307</u>
<b>Outros</b>					
Valor recebido	-	11.891	-	11.891	9.592
Por receber	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>11.891</u>	<u>-</u>	<u>11.891</u>	<u>9.592</u>
<b>Total</b>	<u>738.006</u>	<u>86.711</u>	<u>300</u>	<u>825.018</u>	<u>816.752</u>

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2006 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 5.930.

Do montante de mEuros 56.150 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber, o montante de mEuros 49.820 respeita a subsídios a receber do Estado Português por investimentos realizados nas unidades de dessulfuração nas refinarias de Sines e do Porto e mEuros 6.330 relativos a programas de incentivos a expansão da rede de gás natural (Nota 12).

## 12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

RUBRICAS	JUNHO 2006		DEZEMBRO 2005	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Outros devedores				
Estado e outros entes públicos	9.337	74	13.178	-
Empréstimos a empresas associadas	602	59.526	-	60.050
Empréstimos a empresas associadas	2.105	-	4.289	-
Estado Português (Nota 11)	49.820	-	49.820	-
Saldos devedores de fornecedores	41.596	-	784	-
Grupo EDP - Electricidade de Portugal	22.498	-	25.002	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	12.309	-	6.855	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	7.162	14.323	7.162	21.485
Imposto sobre produtos petrolíferos	7.592	-	3.236	-
Adiantamentos a fornecedores	6.367	-	3.304	-
Subsídios a receber (Nota 11)	6.329	-	3.992	-
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do Bloco 14	4.856	-	4.856	-
Meios de pagamento	4.715	-	11.547	-
Consórcio Petrobrás	2.885	-	1.847	-
Fundo Regional de Abastecimento dos Açores	2.523	-	1.220	-
Outros	34.208	5.684	29.141	4.987
	<u>214.904</u>	<u>79.607</u>	<u>166.233</u>	<u>86.522</u>
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	101.536	-	84.883	-
Juros a receber	7.456	-	5.629	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos	4.558	-	4.010	-
Outros acréscimos de proveitos	4.775	-	4.252	-
	<u>118.325</u>	<u>-</u>	<u>98.774</u>	<u>-</u>
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	38.006	-	39.171	-
Benefícios de reforma	-	8.276	-	9.711
Seguros pagos antecipadamente	12.211	-	5.401	-
Custos com catalizadores	4.995	-	4.615	-
Juros e outros encargos financeiros	2.253	-	2.678	15
Outros custos diferidos	18.397	54	10.948	-
	<u>75.862</u>	<u>8.330</u>	<u>62.813</u>	<u>9.726</u>
Imparidade de outras contas a receber	(4.306)	-	(5.303)	-
	<u>404.786</u>	<u>87.937</u>	<u>322.517</u>	<u>96.248</u>

No âmbito do “Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal” datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrogal em 30 de Junho de 2006 tem ainda direito a receber mEuros 49.820 do Ministério da Economia. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. A contrapartida desta conta a receber, foi registada como dedução ao valor do Imobilizado. O Conselho de Administração da Petrogal – Petróleos de Portugal, S.A. entende que aquele montante será recebido num prazo inferior a 12 meses motivo pelo qual se encontra classificado na rubrica de outras contas a receber correntes.

O valor a receber da EDP no montante de mEuros 22.498, inclui mEuros 17.984 correspondente ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni SGPS, S.A., no exercício de 2003, no montante de mEuros 14.964 acrescido do montante de mEuros 3.020 relativos a juros. Esta conta a receber inclui ainda o montante de mEuros 4.514 respeitante ao saldo líquido dos créditos relativos a cobranças de electricidade efectuadas pelo Grupo GDP por conta da EDP e cobranças de gás efectuadas pela EDP por conta do Grupo GDP.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 4.715 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Junho de 2006 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante registado no activo referente aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações, celebrado em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 7.162 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 30 de Junho de 2019. Durante o exercício findo em 30 de Junho de 2006, foram reconhecidos proveitos no montante de mEuros 236 (do qual o montante de mEuros 61 é relativo a juros). No decorrer deste exercício e do anterior a subsidiária Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. não reconheceu quaisquer proveitos relacionados com estes contratos e existe uma provisão no montante de mEuros 5.835 (Nota 20) relativa a juros reconhecidos em proveitos em anos anteriores. O saldo dos proveitos diferidos, em 30 de Junho de 2006, por reconhecer em exercícios futuros é de mEuros 71.817 (Nota 19). Contudo, foi recebido com data de 28 Julho, o Acórdão do Tribunal Arbitral que dirimiu o litígio entre a Onitelem e a Transgás sobre o processo relacionado com o Contrato de cessão e direito de utilização de infra-estruturas de telecomunicações celebrado entre as partes tendo sido solicitado ao Tribunal a emissão de esclarecimentos à parte decisória do mesmo por forma a permitir quantificar as consequências dele resultantes para a Transgás, designadamente no que diz respeito à determinação das verbas a receber da Onitelem.

O empréstimo à Sonangol no montante de mEuros 4.856 é baseado no acordo contratual estabelecido entre todas as entidades que compõem a “Joint Venture” do Bloco 14. Este empréstimo encontra-se a ser amortizado através da apropriação pela Galp Exploração de parte da produção petrolífera no Bloco 14 correspondente à Sonangol.

O montante de mEuros 6.328 registado na rubrica de subsídios a receber refere-se a recebimentos de subsídios de programas de incentivo à expansão da rede de gás natural.

A rubrica de outros devedores – fundo de pensões – recuperação de desembolsos no montante de mEuros 1.720 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Junho e ainda não reembolsados.

O montante de mEuros 2.885 referente ao Consórcio Petrobrás diz respeito à comparticipação nas despesas desta entidade nos Blocos em que a Petrogal Brasil é operadora.

A conta a receber do Fundo Regional de Abastecimento dos Açores, no montante de mEuros 2.523 corresponde à compensação a receber pela Galp Açores no âmbito dos acordos estabelecidos com aquela entidade tendo em vista a venda de combustíveis por um determinado preço definido pelo Governo Autónomo daquela região.

Do montante de mEuros 41.596 da rubrica de saldos devedores de fornecedores, mEuros 38.093 refere-se a um adiantamento da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. ao fornecedor Nigéria LNG – Limited relativo a compras de gás natural a efectuar no segundo semestre de 2006.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte.

Do montante de mEuros 7.456 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, o montante de mEuros 5.439 corresponde a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar à E3G-Telecomunicações S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 4.558 diz respeito a consumos efectuados no primeiro semestre de 2006 através do cartão Galp Frota e apenas facturados no segundo semestre de 2006.

Na rubrica de outros acréscimos de proveitos estão especializados os proveitos referentes aos swaps sobre “commodities”, os quais se destinam a cobrir transacções realizadas nos meses de Junho de 2006 e Dezembro de 2005, mas cujo fluxo monetário apenas se realiza nos meses de Julho de 2006 e de Janeiro de 2006. Estas operações foram realizadas com a intenção de fazer um “alisamento” do preço do Brent, para as transacções de venda do Bloco 14 durante o exercício económico de 2006, e uma vez que se tratam de swaps indexados ao preço mensal do Brent, gera

fluxos financeiros reais mensais, existindo a necessidade do reconhecimento do custo/proveito, no mês a que a operação de cobertura respeita.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço no montante de mEuros 38.006 são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

### 13. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, apresentava o seguinte detalhe:

<b>RUBRICAS</b>	<b>Junho 2006</b>	<b>Dezembro 2005</b>
Cientes conta corrente	933.810	877.160
Cientes de cobrança duvidosa	69.326	65.297
Cientes - títulos a receber	6.218	6.085
	<u>1.009.354</u>	<u>948.542</u>
Imparidades de contas a receber	<u>(56.852)</u>	<u>(50.179)</u>
	<u>952.502</u>	<u>898.363</u>

No quadro seguinte apresenta-se o movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2006 da rubrica de Imparidades de contas a receber de clientes:

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final</b>
Imparidade de contas a receber	50.179	14.827	(5.318)	(2.836)	56.852
	<u>50.179</u>	<u>14.827</u>	<u>(5.318)</u>	<u>(2.836)</u>	<u>56.852</u>

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de mEuros 9.509 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 5).

### 14. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, nos exercícios findos em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

<b>RUBRICAS</b>	<b>Junho 2006</b>	<b>Dezembro 2005</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	137.473	149.691
Outras matérias-primas	58.542	37.793
Matérias-primas em trânsito	129.306	84.329
	<u>325.321</u>	<u>271.813</u>
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(9.398)	(5.018)
	<u>315.923</u>	<u>266.795</u>
Produtos acabados intermédios:		
Produtos acabados	460.535	410.758
ISP - Imposto s/ Prod. Petrolíferos	19.080	15.553
Produtos intermédios	203.239	232.423
Produtos acabados em trânsito	930	16.527
	<u>683.784</u>	<u>675.261</u>
Ajustamentos de produtos acabados e intermédios	(23)	(8)
	<u>683.761</u>	<u>675.253</u>
Produtos e trabalhos em curso	403	328
Ajustamentos de produtos e trabalhos em curso	(2)	-
	<u>401</u>	<u>328</u>
Mercadorias	270.652	250.106
ISP - Imposto s/ Prod. Petrolíferos	6.534	3.370
	<u>277.186</u>	<u>253.476</u>
Ajustamentos de mercadorias	(837)	(1.323)
	<u>276.349</u>	<u>252.153</u>
Adiantamentos por conta de compras	155	4.828
	<u>1.276.589</u>	<u>1.199.357</u>

Em 30 de Junho de 2006, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 270.652, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto, e a existências da subsidiária Galp Energia España, S.A. a qual inclui reservas estratégicas na posse de outras empresas do sector, no montante de mEuros 43.822.

Em 30 de Junho de 2006, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas em Portugal, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 314.668 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 19).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei nº 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da quantidade e qualidade respectivas. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

## 15. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	JUNHO 2006	DEZEMBRO 2005
Instrumentos financeiros (Nota 21)	14.851	2.177
Aplicações financeiras - prazo superior a 3 meses e inferior a 12 meses	11.300	8.014
	<u>26.151</u>	<u>10.191</u>

## 16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	JUNHO 2006	DEZEMBRO 2005
Numerário	12.806	7.167
Depósitos à ordem	143.188	122.158
Depósitos a prazo	13.657	19.411
Aplicações financeiras de prazo inferior a 3 meses	105.945	8.899
<b>Caixa e seus equivalentes no balanço</b>	<u>275.596</u>	<u>157.635</u>
Aplicações financeiras - prazo superior a 3 meses e inferior a 12 meses (Nota 15)	11.300	8.014
Descobertos bancários (Nota 18)	(104.046)	(72.015)
<b>Caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<u>182.850</u>	<u>93.634</u>

## 17. CAPITAL SOCIAL

A estrutura do capital social sofreu a seguinte alteração durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006 relativamente a 31 de Dezembro de 2005:

- Foi aprovada, em Assembleia Geral, no dia 31 de Maio de 2006, a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da Galp Energia, de Euros 5 (cinco Euros) para Euros 1 (um Euros), mediante a substituição de cada uma das actuais acções por cinco novas acções, mantendo-se inalterado o valor do capital social da empresa (Nota 9);
- O capital social, integralmente subscrito e realizado, passou a estar representado por 829.250.635 acções (Nota 9) de valor nominal de Euros 1 por acção, e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

TIPO DE ACÇÕES	JUNHO 2006	DEZEMBRO 2005
Acções Tipo A	40.000.000	8.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	157.850.127
<b>Número total de acções</b>	<u>829.250.635</u>	<u>165.850.127</u>
<b>Valor nominal acções</b>	<u>829.251</u>	<u>829.251</u>

- Em Janeiro de 2006, a Amorim Energia B.V. adquiriu as acções da Galp Energia, SGPS, S.A. detidas pela EDP – Energias de Portugal, S.A. representativas de 14,27% do capital e pela Portgás – Sociedade de Produção de Gás, S.A. representativas de 0,04%, com posterior venda à Caixa Geral de Depósitos, S.A. de acções correspondentes a 1% do capital social.
- O registo da venda das acções entre as entidades supra referidas, apenas ocorreu no final do mês de Janeiro de 2006.

Em consequência das situações referidas anteriormente, o capital da Empresa em 30 de Junho de 2006, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º Acções	Valor Nominal	% Capital
Eni Portugal Investment, S.p.a.	276.472.162	1 Euro	33,34%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	151.752.866	1 Euro	18,30%
Estado Português	146.943.213	1 Euro	17,72%
Amorim Energia, B.V.	110.373.260	1 Euro	13,31%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	101.914.903	1 Euro	12,29%
Iberdrola, S.A.	33.170.025	1 Euro	4,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.506	1 Euro	1,00%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	331.700	1 Euro	0,04%
	<b>829.250.635</b>		<b>100,00%</b>

## 18. EMPRÉSTIMOS

### Detalhe dos empréstimos

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Junho 2006		Dezembro 2005	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	64.702	143.335	99.045	118.192
Empréstimos externos	46.812	588.135	84.776	644.988
Descobertos bancários (Nota 16)	104.046	-	72.015	-
Linhas de crédito renováveis	-	-	250	16.000
	<b>215.560</b>	<b>731.470</b>	<b>256.086</b>	<b>779.180</b>
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	1.304	2.185	1.304	2.816
	<b>1.304</b>	<b>2.185</b>	<b>1.304</b>	<b>2.816</b>
	<b>216.864</b>	<b>733.655</b>	<b>257.390</b>	<b>781.996</b>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1997 - GDP, SGPS, S.A.	49.880	-	-	49.880
Emissão de 1998 - LisboaGás, S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	210.000	-	210.000
	<b>49.880</b>	<b>259.880</b>	<b>-</b>	<b>309.760</b>
	<b>266.744</b>	<b>993.535</b>	<b>257.390</b>	<b>1.091.756</b>

Os empréstimos não correntes, em 30 de Junho de 2006 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2007	62.904
2008	284.715
2009	77.691
2010	79.048
2011 e seguintes	489.177
	<u>993.535</u>

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a totalidade dos empréstimos obtidos encontram-se titulados em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América e em Meticais.

### **Caracterização dos principais empréstimos**

Seguidamente apresenta-se uma descrição sucinta dos principais empréstimos considerados nas rubricas apresentadas nos quadros anteriores:

#### **Empréstimos bancários**

Os principais empréstimos bancários a 30 de Junho de 2006, podem ser caracterizados como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Montante Global</u>	<u>Divisa</u>	<u>Início</u>	<u>Termo</u>	<u>Montante em dívida</u>
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	27.000	EUR	27-12-2005	15-12-2020	18.670
Carricho Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	20.000	EUR	31-03-2003	20-09-2012	15.593
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	5.175	EUR	22-11-2004	20-11-2013	4.968
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	80.000	EUR	20-06-2000	15-06-2020	80.000
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	54.868	EUR	28-10-1995	15-03-2020	45.515
Galp Energia, SGPS, S.A.	85.000	USD	13-12-2002	06-12-2007	36.541
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	230.000	USD	21-12-1992	15-12-2007	5.266
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	85.000	USD	13-12-2002	06-12-2007	1.353
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	6.310	EUR	31-12-2002	30-12-2008	1.893
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	89.784	EUR	02-12-1996	15-09-2008	20.945
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	10.000	EUR	28-06-2006	14-06-2014	1.820
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	58.000	EUR	20-07-2005	15-12-2023	55.000
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	2.320	USD	31-10-2003	31-10-2013	1.687
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	434.905	EUR	15-12-1994	15-09-2016	371.879
SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, SA	122.000	EUR	13-11-2000	15-12-2025	122.000
SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, SA	29.475	EUR	13-11-2000	15-12-2025	29.475
					<u>812.605</u>

#### **Empréstimos obrigacionistas**

##### **i) Emissão de 1997 – GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.**

Em 25 de Junho de 1997 a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas no primeiro semestre de 2007.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao valor nominal e de uma só vez, no final do prazo de emissão.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo por iniciativa do emitente (Call Option), total ou parcialmente. No caso do reembolso parcial este será feito por redução ao valor nominal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do 6º cupão. Neste caso, haverá lugar a um prémio de reembolso sobre o valor nominal reembolsado antecipadamente.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP e/ou no caso da GDP deixar de deter, directa ou indirectamente, alguma participação de domínio que, à data de emissão do empréstimo, detenha no capital social das empresas do seu Grupo que tenham por objecto social a distribuição de gás canalizado, os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado das obrigações.

Este empréstimo vence juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa “Euribor a 6 meses”, adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

Esta Emissão foi liderada pelo Banco Millennium BCP Investimentos (ex-CISF) e Banco Português de Investimento, tendo a sua colocação sido garantida por um Sindicato Bancário constituído pelas seguintes Instituições Bancárias:

Instituições Financeiras	Montante	%
Millennium BCP Investimentos (ex-CISF)	13.592	27,25
Banco Português de Investimento	13.592	27,25
Caixa Banco de Investimento (ex-Banco Chemical Finance)	4.988	10,00
Caixa Geral de Depósitos	4.988	10,00
Banco Finantia	3.492	7,00
Deutsche Bank de Investimento	3.492	7,00
Millennium BCP (ex-Mello)	1.995	4,00
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	1.247	2,50
Banco Santander de Negócios	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria	1.247	2,50
	<u>49.880</u>	<u>100,00</u>

## ii) Emissão de 1998 – Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Euribor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Montante</u>	<u>%</u>
Banco Espírito Santo Investimento	13.517	27,10
Banco Português de Investimento	13.567	27,20
Millennium BCP (ex-CISF)	13.567	27,20
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria	500	1,00
	<u>49.880</u>	<u>100,00</u>

iii) Emissão 2003 - Galp Investment Fund

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 3.659.

## 19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

RUBRICAS	Junho 2006		Dezembro 2005	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Outros credores:				
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	173.144	-	172.272	-
IVA a pagar	175.128	-	136.001	-
Outros	18.133	21	11.258	21
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 14)	314.668	-	330.595	-
Accionistas - (Nota 22)	222.239	-	34.920	441
Accionistas - Empresas relacionadas	1.572	14.201	1.435	14.338
Fornecedores de imobilizado	51.619	415	86.469	371
Depósito de cauções e garantias recebidas	14.093	726	13.777	699
Outros credores	45.872	3.467	36.803	3.918
	<u>1.016.468</u>	<u>18.830</u>	<u>823.530</u>	<u>19.788</u>
Acréscimos de custos:				
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	18.933	-	25.173	-
Fornecimentos e serviços externos	27.088	-	9.289	-
Brindes Fastgalp	6.113	-	5.675	-
Prémios de Produtividade	5.606	-	11.354	-
Descontos, Bónus e Rappel Relacionados com Vendas	5.003	-	5.747	-
Prémios de Seguro a liquidar	5.574	-	6.550	-
Outros acréscimos de custos	12.328	-	14.403	-
	<u>80.645</u>	<u>-</u>	<u>78.191</u>	<u>-</u>
Proveitos diferidos:				
Fibra óptica (Nota 18)	4.341	67.476	4.341	67.651
Prestação de Serviços	9.470	-	5.702	-
Outros	4.957	8.782	4.617	9.004
	<u>18.768</u>	<u>76.258</u>	<u>14.661</u>	<u>76.655</u>
	<u>1.115.881</u>	<u>95.088</u>	<u>916.382</u>	<u>96.443</u>

A rubrica de accionistas – empresas associadas no montante de mEuros 222.239 (Nota 20), relativo aos dividendos distribuídos aos accionistas e não pagos. Os dividendos correspondem à atribuição do resultado líquido do exercício de 2005, deliberado em acta da Assembleia Geral de 30 de Junho de 2006.

O montante de mEuros 6.113 registado na rubrica de acréscimos de custos refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos em 2006, referente ao cartão Fast Galp, e em que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

O montante de mEuros 14.093, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 13.353 referente à responsabilidade da Petrogal no decorrer do primeiro semestre de 2006, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, as foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

## 20. PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2006	Dezembro 2005
Outros riscos e encargos	36.411	30.281
Processos judiciais	20.930	20.799
Reestruturação	9.652	13.353
Investimentos financeiros	5.176	5.330
Impostos	3.143	2.948
<b>Total Provisões</b>	<b>75.312</b>	<b>72.711</b>

Em 30 de Junho de 2006, o saldo da rubrica de provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 36.411 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 7.123 para fazer face aos custos associados com descontinuação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontinuação por obrigatoriedade legal;
- ii) mEuros 6.132 para fazer face a correcções à matéria colectável em sede de IRC;
- iii) mEuros 5.835 referente à provisão constituída para juros reconhecidos em proveitos até ao ano de 2006 no âmbito do contrato celebrado de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações (Nota 12);
- iiii) mEuros 5.457 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período;
- ivi) mEuros 3.895 para fazer face à liquidação adicional de Imposto de rendimento do petróleo ("IRP"), em Angola associado à actividade de pesquisa e produção petrolífera;
- vi) mEuros 3.737 para fazer face a custos com descargas de efluentes da Refinaria de Sines (Nota 25);
- vii) mEuros 982 referente a provisão constituída para fazer face a perdas estimadas nos meios de pagamento da rede de Espanha;
- viii) mEuros 735 referente à provisão estimada para levantamento de postos;

O montante de mEuros 20.930 registado em 30 de Junho de 2006 na rubrica de processos judiciais em curso, inclui essencialmente o montante de mEuros 9.693 (Nota 24) relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo.

O montante de mEuros 9.652 registado na rubrica de provisão para reestruturação, enquadra-se no esforço que tem sido levado a cabo pelo Grupo no sentido de melhorar a sua performance na apresentação de custos operacionais e manter a sua competitividade. Este processo, iniciado já em anos anteriores, passa não só por uma redução dos custos operacionais a curto prazo, como a optimização das estruturas organizativas, melhorias dos sistemas, processos e práticas e a racionalização dos activos operacionais. Em 30 de Junho de 2006, este plano de reestruturação encontra-se aprovado e devidamente definido pelo Conselho de Administração das respectivas Empresas do Grupo.

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 3.143 diz respeito a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 1998 a 2005 e do primeiro semestre de 2006 a qual não foi ainda fixado pelas autoridades competentes.

A provisão para investimentos financeiros em 30 de Junho de 2006 representa o compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos e detalha-se conforme segue:

Central E, S.A.	2.582
Sonangalp - Soc. Distrib. E Com. Combustíveis, Lda.	1.899
Energjin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	371
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	314
Gasfomento Energia, S.A.	10
	5.176

## 21. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos cash flows futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos cash flows futuros esperados da sua actividade.

A diminuição verificada no justo valor reflectido no Activo e Passivo e consequentemente, da variação do justo valor no Capital Próprio no semestre de findo em 30 de Junho de 2006, no montante de mEuros 3.434, refere-se essencialmente a derivados financeiros de taxa de juro de cobertura de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas no montante de mEuros 3.459, diminuído dos respectivos Interesses minoritários no montante de mEuros 25.

	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2005</b>	<b>95</b>	<b>3.532</b>	<b>9.633</b>	<b>824</b>
Aquisições durante o ano	-	2.234	-	-
Alienações durante o ano	-	1.588	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(1.588)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(95)	(3.589)	(2.759)	1.040
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	52	-	(1.416)	-
<b>Justo valor em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>52</b>	<b>2.177</b>	<b>5.458</b>	<b>1.864</b>
Aquisições durante o ano	-	4.723	-	-
Alienações durante o ano	-	(4.384)	-	(2.213)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	4.384	-	2.213
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	1.883	8.048	(1.313)	18.466
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	908	(97)	(2.623)	-
<b>Justo valor em 30 de Junho de 2006</b>	<b>2.843</b>	<b>14.851</b>	<b>1.522</b>	<b>20.330</b>

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, em 30 de Junho de 2006, apresentam as seguintes características:

<u>Tipo de Derivado de Taxa de Juro</u>	<u>Taxa de Juro</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Justo valor de derivados em mEuros</u>
<b>Activo</b>				
<b><u>Cobertura de Fluxo de Caixa</u></b>				
Collar	Paga Cap de 3,25% e Floor de 1,75% Recebe Euribor 6m	mEUR 20.000	2010	367
Swap com cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 7.482	2010	46
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,17% e 3,50% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEuro 64.738	2008 a 2011	549
<b><u>Cobertura de Justo Valor</u></b>				
Swaps de taxa de juro	Paga Euribor 12m Recebe 4,77%	mEUR 5.611	2006	-
<b><u>Outros Derivados Financeiros</u></b>				
Swaps de Taxa de Juro	Paga entre 5,12% e 5,14% Recebe Libor USD 6m	mUSD 100.000	2011	1.881
				<b>2.843</b>

<b>Passivo</b>				
<b><u>Cobertura de Fluxo de Caixa</u></b>				
Swaps de Taxa de Juro	Paga entre 3.89% e 6.24% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 53.938	2008 a 2013	496
Caps e Collars	Paga Cap entre 3.25% e 4% e Floor de 2,5%	mEUR 145.000	2007 e 2008	1.026
				<b>1.522</b>

<u>Tipo de Derivado sobre Commodities</u>	<u>Características</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Justo valor de derivados em mEuros</u>	
<b>Activo</b>				
Opções	Margem de refinação	2006	1.976	
Swaps	Compra/venda produtos refinados		9	
Swaps	Compra Brent Vende Brent	2006	12.866	
				<b>14.851</b>
<b>Passivo</b>				
Opções	Margem de refinação	2006	1.119	
Swaps	Compra/venda produtos refinados	2006	1.178	
Swaps	Compra Brent Vende Brent	2006	18.033	
				<b>20.330</b>
<b>Total de Activos</b>			<b>17.694</b>	
Não correntes			2.843	
Correntes			14.851	
<b>Total de Passivos</b>			<b>21.852</b>	
Não correntes			1.522	
Correntes			20.330	

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

## **22. DIVIDENDOS**

Os dividendos por conta do resultado líquido de 2005 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 222.239 (Nota 19), de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de Junho de 2006. Estes dividendos foram pagos no mês de Julho de 2006.

## **23. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para o ano de 2005 e 1º semestre de 2006 é de mEuros 3.886 e mEuros 2.609 respectivamente, da qual mEuros 3.004 e mEuros 1.770 corresponde a remuneração base, mEuros 411 e mEuros 599 a gratificações/prémios, mEuros 296 e mEuros 146 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 175 e mEuros 94 a outros benefícios, respectivamente.

A remuneração dos Administradores da Galp Energia designados pela ENI e pagos a este accionista estão incluídas em Materiais e serviços consumidos e correspondem para o ano de 2005 e 1º semestre de 2006 a mEuros 770 e mEuros 385, respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo Galp Energia.

## **24. RESERVAS PETROLÍFERAS**

De acordo com as informações fornecidas pelo Operador, as reservas provadas e desenvolvidas de petróleo bruto existentes nas áreas de desenvolvimento de Kuito e BBLT do Bloco 14 sito em Angola, excluindo o efeito da partilha de produção para a Sonangol, E.P. (Concessionária Nacional), afectas à actividade de exploração e produção petrolífera da Empresa, ascendem a 7,0 milhões de barris em 31 de Dezembro de 2005. As reservas provadas totais ascendem nesta data a 38,1 milhões de barris. A 30 de Junho de 2006 as reservas provadas e desenvolvidas afectas à actividade petrolífera da Empresa ascendem a 37,0 milhões de barris. A diferença relativamente a 31 de Dezembro de 2005 deriva do aumento das reservas provadas e desenvolvidas de 31,1 milhões de barris associados à área de desenvolvimento do BBLT, e à diminuição de 1,1 milhões de barris relativos à produção ocorrida durante o 1º semestre de 2006.

## **25. AUTONOMIZAÇÃO DOS ACTIVOS REGULADOS DO SECTOR DE GÁS NATURAL**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, veio aprovar a estratégia nacional para a energia, tendo por fim, entre outros, a autonomização dos activos regulados do sector do gás natural (recepção, transporte e armazenagem), bem como a operacionalização da sua junção à empresa operadora da rede de transporte de electricidade. Esta resolução impõe a separação dos operadores dos activos regulados dos sistemas de Electricidade e de gás natural.

Na estratégia nacional para a energia, vem o Conselho de Ministros preconizar como medidas a adoptar, no âmbito do enquadramento estrutural da concorrência nos sectores da electricidade e do gás, entre outras:

- i. a revisão do contrato de concessão com a Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., nomeadamente a venda de parte dos activos e passivos desta empresa através do destaque das actividades de transporte e armazenagem e, bem assim, a venda da SGNL –

Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A. (anteriormente denominada por Transgás Atlântico, S.A.), operadora do terminal de gás natural liquefeito e a consequente revisão do contrato de subconcessão entre a Transgás, S.A e a SGNL;

- ii. a integração, numa empresa, das redes de transporte de electricidade e de gás natural, das actuais instalações de armazenagem e do terminal de gás liquefeito, garantindo a separação jurídica entre as actividades destas duas fileiras de energia; e
- iii. a separação da actividade de comercialização da de distribuição, tanto no caso da electricidade, como no do gás natural.

No âmbito deste processo, foi celebrado entre a Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., a Transgás SGPS, S.A., a GDP SGPS, S.A. e a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN”) um Contrato Promessa relativo à Transmissão dos Activos Regulados.

O Contrato de Promessa realça o conjunto de activos e passivos identificados pela Transgás e que serão transferidos para a REN, e que incluem activos associados à rede de transporte (incluindo a fibra óptica), parte dos activos associados à armazenagem subterrânea, participações financeiras nos dois gasodutos nacionais (Gasoduto Braga-Tuy, S.A. e Gasoduto Campo Maior-Leiria-Braga, S.A.), os suprimentos concedidos pelo accionista Transgás aos mesmos, assim como parte da dívida bancária que foi associada aos activos destacados e descreve a operação de venda da SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A..

O preço global de venda da operação é de aproximadamente mEuros 511.000, sendo ajustado ao justo valor de mercado dos activos regulados, em função de avaliações a efectuar no futuro, por entidades independentes.

Durante o ano de 2006 é expectável que ocorra a venda destes activos regulados, não estando todavia estabelecida a data, nem o valor final de venda.

Dado que o processo de descontinuação poderá ainda sofrer mudanças significativas não se considerou apropriada a classificação dos bens como activos disponíveis para venda, de acordo com o normativo IFRS 5.

## **26. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES**

### Responsabilidades contingentes

Em 30 de Junho de 2006 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 30 de Junho de 2006, a Empresa tinha uma responsabilidade contingente relacionado com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Driftal envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração da empresa, suportado por opinião de advogado, considera que decorrente deste processo não resultará qualquer encargo para a empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante;
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos à GDL de mEuros 1.891 de 1994/95, mEuros 1.016 de 1996, mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 1.145 de 2001, mEuros 1.189 de 2002, mEuros 1.238 de 2003, mEuros 1.288 de 2004 e mEuros 1.319 de 2005, e mEuros 1.347 de 2006, respeitantes à “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo.
- iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige pagamentos à GDL de mEuros 104 de 1994/95, mEuros 70 de 2002, mEuros 77 de 2003 e mEuros 216 de 2005, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos.
- iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige o pagamento à GDL de mEuros 23 de 1998 e mEuros 26 de 2001, respeitantes às taxa de ocupação do subsolo nos respectivos anos.

- v) A Câmara Municipal de Sintra exige pagamentos à GDL de mEuros 11 de 1998, mEuros 48 de 1999, mEuros 276 de 2000, mEuros 417 de 2001, mEuros 469 de 2002, mEuros 490 de 2003, mEuros 545 de 2004 mEuros 607 de 2005 e mEuros 657, de 2006, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos.
- vi) A Câmara Municipal de Cascais exige o pagamento à GDL de mEuros 403, respeitantes à taxa de ocupação do subsolo de 2001.
- vii) A Câmara Municipal da Amadora exige o pagamento à GDL de mEuros 150 relativo à taxa de ocupação de subsolo do exercício de 2003.

A GDL, com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O Conselho de Administração da GDL considera que, decorrente destes processos, a GDL apenas irá incorrer em encargos até ao montante máximo de mEuros 9.693, os quais se encontram provisionados.

- viii) A Câmara Municipal da Covilhã exige à Beiragás o pagamento de mEuros 113 relacionado com um processo judicial em curso e que respeita à “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo.

A Administração da Beiragás entende que o processo acima referido não irá ocasionar a ocorrência de responsabilidades para a Empresa.

- ix) A Câmara Municipal do Barreiro exige o pagamento à Setgás de mEuros 124 de 1997, de mEuros 136 de 2000, de mEuros 136 de 2001, de mEuros 136 de 2002, de mEuros 152 de 2004, de mEuros 152 de 2005 e de mEuros 156 de 2006, respeitantes às liquidações de taxas por ocupação de subsolo dos respectivos anos de ocupação.
- x) A Câmara Municipal do Seixal exige pagamentos à Setgás de mEuros 881 de 2004 e de mEuros 881 de 2005, respeitantes às liquidações de taxas por ocupação de subsolo dos respectivos anos.

A Administração da Setgás considera que, decorrente destes processos a empresa não irá incorrer em quaisquer responsabilidades.

A Galp Energia foi recentemente informada pela MASA – Mantencimientos y Montajes Industriales, S.A., a sociedade responsável pela construção de um novo parque de armazenagem de petróleo e seus derivados num dos terminais marítimos da Galp Energia, de que pretende iniciar um processo de arbitragem contra a subsidiária Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e contra a Petrogal, S.A., por alegados custos adicionais resultantes de alterações efectuadas no âmbito dos trabalhos de construção do parque de armazenagem. De acordo com informação disponível nesta data, o valor pedido será de aproximadamente, mEuros 25.300. O Conselho de Administração da Galp Energia e daquelas subsidiárias, consideram que a resolução da situação acima descrita não terá um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2006, motivo pelo qual não se encontra registada qualquer provisão para este efeito.

#### Activos contingentes

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. e Transgás, S.A. à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor

nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP SGPS, S.A., Transgás SGPS, S.A., Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais - valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em 315.000 mEuros, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, S.A., GDP SGPS, S.A. e Transgás, S.A., que foi de 748.197 mEuros. Assim, haverá lugar a um "upside" para as empresas do Grupo GDP, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. e a Transgás, SGPS, S.A..

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

#### Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Sub-Grupo GDP e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2006 são como segue:

Compromissos financeiros assumidos com encargos relativos à aquisição/construção de activos tangíveis são, como segue:

Descrição	Valor do contrato	Até Junho 06 Realizado	Junho 06 por realizar
Construção e Equipamentos de Ramais Industriais	3.314	1.833	1.481
Servidões / Expropriações	2.945	2.467	478
Construção Instalações - Armazenagem Subterrânea	90.540	89.865	675
	<u>96.799</u>	<u>94.165</u>	<u>2.634</u>

O montante de mEuros 2.634 respeita a responsabilidades contratuais com fornecedores, nomeadamente, no âmbito da construção e instalação de gasodutos e demais infra-estruturas e equipamentos necessários à implementação da rede de transporte de gás natural da Transgás, SGPS, S.A..

- mEuros 20.824 de responsabilidades cobertas pelo fundo de pensões GDP;

- mEuros 6.965 e mEuros 1.948 de responsabilidades com o plano de pensões, cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo de contribuição definida, respectivamente, por estarem dentro dos limites do "corredor" ou por corresponderem a excessos de "corredor" ainda não reconhecidos na demonstração de resultados.

Os compromissos financeiros assumidos pelo Sub-Grupo Petrogal e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2006 são:

- mEuros 23.281 relacionados com encomendas não satisfeitas de imobilizações corpóreas;
- mEuros 2.379 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 315.682 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal;

- mEuros 37.539 e mEuros 45.944 de responsabilidades com o Plano de pensões e com cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo de contribuição definida, respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% ou por corresponderem a excesso de corredor ainda não reconhecido na demonstração de resultados.

### Garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2006 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 38.908 e mUSD 175.747, das quais as mais significativas são:

- Garantias prestadas ao Estado Português nos montantes de mEuros 10.734 e de mEuros 329 por um sindicato bancário liderado pela Caixa Geral de Depósitos para a celebração do contrato de concessão do serviço público de importação, transporte e fornecimento de Gás natural.
- Garantias no montante de mEuros 7.751 constituídas a favor do Tribunal Tributário de 1ª Instância de Lisboa - 5º juízo - 1ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos.
- Garantias no montante de mEuros 6.522 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais
- Garantias no montante de mEuros 13.572 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A..
- Garantias de fiança dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	Tipo	Totais de créditos mUSD	Parte Transgás mUSD
BEI	Bancária	366.128	112.727
ICO	Fiança	180.000	49.320
		<b>546.128</b>	<b>162.047</b>

## **27. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS**

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei nº 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no seu anexo I, no qual estão incluídas as instalações do Grupo Galp Energia.

As instalações abrangidas pelo Comércio de Emissões no primeiro triénio 2005 a 2008 – são a Refinaria de Sines e a Refinaria do Porto ambas respeitantes à Petrogal e as instalações de Cogeração respeitantes às empresas Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. e Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., do grupo Galp Power.

Pelo Despacho conjunto 686-E/2005 de 13 de Setembro de 2005, foi aprovada a lista de instalações existentes participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período 2005/2008.

Assim, foram atribuídas às instalações das empresas do grupo Galp Energia, as seguintes licenças anuais:

<u>Empresa</u>	<u>Instalações</u>	<u>Licenças Ton/CO2 atribuídas</u>
Petrogal	Refinaria de Sines	2.313.908
	<u>Refinaria de Porto</u>	<u>951.969</u>
	<u>Subtotal Grupo Petrogal</u>	<u>3.265.877</u>
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração	139.284
	<u>Cogeração</u>	<u>38.498</u>
	<u>Subtotal Grupo Galp Power</u>	<u>177.782</u>
<u>Total Grupo Galp Energia</u>		<u>3.443.659</u>

No primeiro semestre 2006, foram emitidas as seguintes quantidades de gases com efeito de estufa (Ton/CO<sub>2</sub>) pelas instalações supra mencionadas:

<u>Empresa</u>	<u>Instalações</u>	<u>Gases emitidos durante 1º semestre 2006</u>	<u>Previsão anual de emissão de Gases 2006</u>	<u>Licenças Ton/CO2 em carteira</u>
Petrogal	Refinaria de Sines	1.039.177	2.080.000	2.564.099
	<u>Refinaria de Porto</u>	<u>442.890</u>	<u>917.890</u>	<u>958.625</u>
	<u>Subtotal Grupo Petrogal</u>	<u>1.482.067</u>	<u>2.997.890</u>	<u>3.522.724</u>
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração	61.336	139.284	165.912
	<u>Cogeração</u>	<u>21.867</u>	<u>39.789</u>	<u>38.187</u>
	<u>Subtotal Grupo Galp Power</u>	<u>83.203</u>	<u>179.073</u>	<u>204.099</u>
<u>Total Grupo Galp Energia</u>		<u>1.565.270</u>	<u>3.176.963</u>	<u>3.726.823</u>

Nota: Valores pro-forma de Gases CO2 emitidos, sujeitos a auditorias ambientais.

O Grupo Galp Energia entendeu não reflectir nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização das mesmas licenças, por se entender não existir ainda um mercado regulado que permita o registo o reconhecimento apropriado de tais desvios.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Conforme supra indicado, em 30 de Junho de 2006 apenas no caso das instalações da Powercer, as licenças em carteira se revelam inferiores à previsão anual de emissão de gases. Todavia por um montante considerado não significativo e que pudesse vir a ter efeito material nas demonstrações financeiras àquela data. Em 30 de Junho de 2006, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos e esperados a emitir durante o resto do ano. Por conseguinte não foram constituídas provisões no primeiro semestre de 2006.

No decurso do ano 2004, a Petrogal foi notificada da liquidação de taxas previstas no Regime Geral de Efluentes de Stº André (RGESA), relativas a descargas de efluentes da Refinaria de Sines, no montante de mEuros 1.263. Adicionalmente, a Petrogal foi notificada da liquidação de taxas agravadas relativamente a descargas que aquele mesmo Regulamento considera "proibidas", no montante de aproximadamente mEuros 25.000. O Conselho de Administração da Petrogal,

suportado em pareceres técnicos e jurídicos, discorda dos critérios de classificação das referidas descargas, bem como a licitude das mesmas, por considerar que as normas que lhe dão origem estão feridas de inconstitucionalidade. Nestes termos, encontra-se a decorrer uma contestação judicial referente àquela liquidação e os custos subsequentes, tendo sido constituída no decurso de 2004 uma provisão no montante de mEuros 3.737 (Nota 20), a qual se mantém reconhecida em 30 de Junho de 2006 e se considera manter adequada face à regulamentação anterior ao RGESA.

## **28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

No decurso de mês de Agosto de 2006 foram realizados testes de performance no novo Terminal Oceânico Galp-Leça (TOGL) - Monobóia, através da realização de "testes de performance" concretizando assim um projecto iniciado em 1998, o qual apresentou diversos problemas técnicos verificados na fase de teste do qual resultou o abate da mesma no exercício de 2002, e que determinaram a injunção de diversos processos judiciais contra o construtor que culminaram com a decisão de instâncias judiciais arbitrais de construção de uma nova Monobóia.

Com a conclusão deste projecto e após a aceitação, a Petrogal procederá ao reconhecimento deste activo nas suas demonstrações financeiras no segundo semestre de 2006.

## RELATÓRIO DE EXAME SIMPLIFICADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS SEMESTRAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

### **Introdução**

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras consolidadas semestrais da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 30 de Junho de 2006 que evidencia um total de 6.267.626 mEuros e capitais próprios de 2.514.664 mEuros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Empresa de 353.756 mEuros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e do semestre findo em 30 de Junho de 2005, que evidencia um resultado líquido de 414.532 mEuros e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas intercalares que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, das alterações no capital próprio e dos seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS); (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de segurança moderada, com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objectivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho consistiu principalmente em indagações junto de responsáveis da Empresa e suas participadas e procedimentos analíticos de revisão destinados a apreciar: a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e a apresentação da informação financeira. Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma auditoria e, consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de auditoria.

### **Parecer**

4. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (Nota 2).

Lisboa, 4 de Setembro de 2006

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo